



GREI - Grupo de Estudos Interdisciplinares
Giordano Bruno

Ida Lemos

SERÃO OS POBRES MAIS VULNERÁVEIS?

**Recursos parentais e problemas psicológicos
na adolescência**



Cadernos do GREI n.º 26

ABRIL 2015

SERÃO OS POBRES MAIS VULNERÁVEIS?

**Recursos parentais e problemas psicológicos
na adolescência**

ÍNDICE

Introdução	3
1. Risco e vulnerabilidade: conceitos-chave na análise da adolescência	4
2. O impacto da adversidade em termos emocionais e comportamentais	7
3. Estudos sobre a vulnerabilidade socioeconómica na adolescência	10
4. Distúrbios psicopatológicos na adolescência e recursos sociofamiliares.	12
5. Parentalidade, padrões relacionais e trajetórias de risco psicossocial	15
Reflexões finais.....	17
Bibliografia.....	18



GREI- Grupo de Estudos Interdisciplinares
Giordano Bruno

FICHA TÉCNICA

Título: Cadernos do GREI

Edição de: GREI - Grupo de Estudos Interdisciplinares
Giordano Bruno

Rua Vergílio Ferreira, n.º 11
8005-546 FARO

grupo@grei.pt

www.grei.pt

Capa: adaptada por Rute Ralha de “Família indigente” de William Bouguereau

Conselho Editorial: Carlos Marques Simões (coordenador), Francisco Baptista Gil, Helena Ralha-Simões, Rosanna Barros, Carla Fonseca Tomás e Nuno Murcho

Data: abril de 2015

Publicação de difusão restrita

A ortografia adotada no texto dos cadernos é da responsabilidade de cada autor(a).

A ortografia utilizada na capa, títulos, índice e resumo não segue o novo acordo ortográfico, segundo opção do coordenador editorial.

Os filhos dos pobres definiam-se por não irem à escola, serem magrinhos e morrerem muito. Ao perguntar as razões destas características insólitas foi-me dito com um encolher de ombros – *o que é que o menino quer, esta gente é assim* – e eu entendi que ser pobre, mais do que um destino, era uma espécie de vocação, como ter jeito para jogar *bridge* ou para tocar piano.”

António Lobo Antunes *in Livro de Crónicas* (1998)

Os ‘*blusões negros*’, os ‘*teddy-boys*’, o ‘*hooliganismo*’ chamaram recentemente a atenção (...) para comportamentos de oposição violenta que, muitas vezes, chegam à delinquência. Explicam-se (...) por atitudes educativas de indiferença ou de deixar andar de certas famílias e também da nossa época (...) em que o gosto da violência, da sexualidade ou do luxo podem marcar duramente as personalidades adolescentes.

Maurice Debesse *in Psychologie de l’enfant de la naissance à l’adolescence* (1970)

RESUMO:

Este texto apresenta uma revisão da literatura relativa à interação entre os fatores de risco familiar, a parentalidade e a vulnerabilidade psicossocial. Procura-se, sobretudo, compreender a relação existente entre algumas perturbações psicopatológicas dos adolescentes e a incidência de certas circunstâncias de vida que comprometem os recursos parentais, fomentando um eventual sofrimento psíquico e uma concomitante manifestação de dificuldades emocionais e comportamentais.

Palavras-chave: Adolescência; parentalidade; psicopatologia; fatores de risco familiar; vulnerabilidade psicossocial.

INTRODUÇÃO

Segundo o modelo preconizado por Erik Erikson, a maioria dos adolescentes supera esta fase da vida – e os seus desafios desenvolvimentais – sem qualquer dificuldade em realizar com sucesso as tarefas psicossociais indispensáveis à aquisição de uma identidade adulta. Com efeito, embora o stresse e a adversidade representem riscos para o desenvolvimento psicológico, a sua anterior ocorrência tem revelado pouca especificidade diagnóstica na previsão de eventuais perturbações de natureza psicopatológica no decurso da adolescência.

No entanto, segundo alguns estudos empíricos, observa-se um aumento da ansiedade e da depressão na transição da infância para a adolescência, o qual, embora confirmando as características próprias desta etapa do desenvolvimento, tem facultado provas do impacto dos aspetos contextuais na expressão do mal-estar psicológico nos adolescentes.

Neste enquadramento, surge como algo consensual o facto de a pobreza persistente estar sempre associada a uma acumulação de fatores de risco que se ampliam uns aos outros, quer se trate de debilitados índices de saúde mental, de condições habitacionais deficientes, de cuidados pré-natais precários ou de nutrição inadequada. Verifica-se também que os fracos recursos parentais estão frequentemente associados

a situações de negligência, porque a vulnerabilidade económica pode interferir com a capacidade dos progenitores para agir consistentemente e com disponibilidade mental na interação com os seus filhos.

Complementarmente há que considerar outros indicadores como o nível de educação dos pais e a sua ocupação profissional, os quais, sendo determinantes no identificar de uma certa estratificação e no estabelecer de um adequado estatuto social, não podem usualmente ser inferidos a partir dos referidos fatores, pois que a sua relação com eles não é linear (Baer, 1999).

Por outro lado, se considerarmos as mudanças no tecido social no decurso da transição do século XX para o século XXI, destaca-se ainda uma matriz fundamental que permite compreender a génese dos atuais e diversificados sistemas familiares. Efetivamente, a repercussão de tais fenómenos sugere que o processo de desenvolvimento dos adolescentes pode ser afetado por uma estrutura familiar monoparental, observação para a qual os autores de orientação psicanalítica têm frequentemente chamado a atenção (e.g. Matos, 2002).

Nesta perspetiva, pode-se afirmar que a inexistência de uma vinculação com uma figura paterna pode levar ao eclodir de problemas na adolescência, pois que a relação pai-filho tem certamente implicações nos padrões interacionais familiares e nos papéis de socialização relativos à identidade de género. Por esse motivo, Braconnier e Marcelli (2000) entendem que é menos desfavorável um pai percebido como austero, ao invés de um pai indiferente ou ausente, uma vez que, neste caso, o adolescente fica sozinho face a si próprio, traduzindo-se este padrão relacional em lacunas graves ao nível emocional e comportamental.

1. RISCO E VULNERABILIDADE: CONCEITOS-CHAVE NA ANÁLISE DA ADOLESCÊNCIA

O conceito de risco diz respeito a quaisquer variáveis descritivas ou correlacionais empiricamente associadas com o aumento da probabilidade

probabilidade de manifestação de uma perturbação (por exemplo, a pobreza, a exclusão social, etc.). A investigação sobre o risco centra-se na identificação de fatores que acentuam ou inibem as doenças e os estados deficitários e ainda os processos que lhe estão subjacentes. Tratando-se de um conceito útil para prever a possibilidade de disfunção, não nos proporciona, no entanto, uma associação causal direta com o desencadear de uma desordem. Por isso, alguns autores definem vulnerabilidade como as características do indivíduo que fazem parte dos mecanismos que contribuem para as causas da perturbação. No caso das alterações do comportamento seriam variáveis relevantes a capacidade de tolerância à frustração ou a impulsividade do indivíduo. A vulnerabilidade representaria o polo oposto da invulnerabilidade ou das competências individuais de resiliência do indivíduo. Contudo, embora não sejam sinónimos, o risco e a vulnerabilidade estão empiricamente relacionados, pois ambos os tipos de variáveis tendem a operar de forma concertada na etiologia da perturbação (Garmezy, 1996; Ingram & Price, 2001).

Porém, Rutter, Giller e Hagell (1998) salientaram a necessidade de fazer a distinção entre indicadores e mecanismos de risco no âmbito da psicopatologia. Assim, deve-se entender por indicadores de risco as variáveis que têm conexões indiretas com os processos causais, mas que em si mesmas não são parte integrante dos mecanismos que estão diretamente associados à causalidade. Refira-se a este propósito que os acontecimentos de vida negativos, como sejam, a morte de uma figura parental, o divórcio dos pais ou a institucionalização do sujeito são aqui interpretados como indicadores de risco, uma vez que a sua ocorrência não implica necessariamente o evoluir de um problema psicopatológico.

Contudo, é sabido que quem vivencia acontecimentos de vida marcadamente negativos tem maior risco para apresentar problemas de comportamento e/ou perturbações emocionais (e.g. Harland, Reijneveld, Brugman, Verloove-Vanhorick, & Verhulst, 2002; Sandberg & Rutter, 2005). Será então de esperar a existência de uma relação significativa entre uma história de acontecimentos de vida negativos na infância (e.g. contexto familiar multiproblemático, ser vítima de maltrato, etc.) e as re-

percussões psíquicas decorrentes dos mesmos. Outros fatores de menor risco, como a dimensão excessiva da família, a sua estrutura (nomeadamente, a monoparentalidade) e a vulnerabilidade socioeconómica, são indicadores de risco que agem cumulativamente sobre o desencadear de manifestações psicopatológicas ou de simples problemas de comportamento (Baer, 1999).

São exemplo de um mecanismo de risco com incidência na psicopatologia e no comportamento antissocial, os conflitos parentais associados à separação e ao divórcio ou a graves dificuldades do funcionamento da família (por exemplo, ao nível de características como a coesão e a capacidade de adaptação familiares). A este propósito, Rutter e outros (1998) sugeriram que se existe um risco acrescido para o eclodir de perturbações psicossociais na adolescência, este deve-se mais ao funcionamento familiar (e.g., conflitos familiares e falta de supervisão parental) do que à estrutura familiar em si. Dito de outro modo, não é a separação ou o divórcio dos pais que levará ao desencadear de problemas psicopatológicos no adolescente, mas o impacto do conflito parental associado à separação ou ao divórcio.

A este propósito, Balbernie (2002) referiu que dado fator de risco não é diretamente patogénico, mas é uma representação da sua probabilidade de se tornar patogénico. No entanto, um conjunto de riscos pode conduzir a uma trajetória desenvolvimental desfavorável, afigurando-se como provável que cada fator de risco específico seja composto pela aglomeração de uma série de fatores de risco menores agindo de forma convergente. Também Sameroff (2000) salientou que quando se acumulam os impedimentos ao desenvolvimento, o número total de condições de risco prediz mais seguramente futuros resultados negativos em termos psicossociais, do que é previsto pela exposição a um só risco. Neste sentido, uma apreciação das consequências a longo termo dos fatores de risco é útil porque, ao conseguir-se identificar os problemas, podemos não só melhorar a eficácia das intervenções mas ainda dirigir a nossa atenção para o conjunto mais vasto dos problemas sociais que necessitam de intervenção.

Importa salientar que ao considerar o conceito de acontecimento negativo, deve ter-se em consideração não apenas o grau de mudança que dado acontecimento implicou na vida de dado sujeito, mas principalmente, atender a que a dimensão mais importante para a emergência de uma psicopatologia é a ameaça psicológica envolvida (Sandberg & Rutter, 2005). Desta forma, transições de vida normativas que envolvam mudanças significativas podem acarretar riscos desenvolvimentais, estando estes dependentes da forma como estas são vivenciadas, à luz das circunstâncias particulares da existência de cada indivíduo.

2. O IMPACTO DA ADVERSIDADE EM TERMOS EMOCIONAIS E COMPORTAMENTAIS

Diversos estudos epidemiológicos e clínicos mostraram associações entre os eventos particularmente negativos nos primeiros anos de vida e a manifestação de perturbações psicopatológicas posteriores, (e.g., Bru, Murberg, & Stephens; 2001; Harland *et al.*, 2002; Tiet, Wasserman, Loeber, McReynolds, & Miller, 2001). Estes estudos permitem afirmar que a adversidade psicossocial está claramente associada à manifestação de problemas nos adolescentes e que as suas implicações representam uma ameaça psicológica a longo termo.

Segundo referem Taylor e Rutter (2005), existem, no entanto, duas condições situacionais específicas que representam exceções importantes a esta situação diagnóstica, por estabelecerem uma relação clara com a emergência de um tipo específico de perturbação. Assim:

- a) Uma privação social grave nos primeiros anos de vida – a institucionalização prolongada da criança logo na primeira infância está associada especificamente a síndromes que envolvem uma perturbação da vinculação;
- b) Experiências de stresse excecionalmente acentuadas e agudas conduzem à perturbação de stresse pós-traumático.

Outros fatores de risco, desencadeadores de perturbações de ansiedade, são a perda psicológica durante a infância (seja por morte,

seja por abandono por figuras parentais de vinculação) ou a doença mental destas figuras parentais. Os indivíduos cujos pais têm problemas de saúde mental têm também uma maior probabilidade de manifestar problemas emocionais e/ou de comportamento e, embora não possa ser descurado o peso dos aspetos genéticos, os fatores sociais são determinantes (Serbin & Karp, 2004).

Assim, para além das influências biológicas, os estilos de parentalidade e a socialização mais vasta (i.e., as escolas e as comunidades onde as crianças estão inseridas), são influências marcantes no desenvolvimento (Lemos^b, 2014). Além do mais, como referiram Serbin e Karp (2004), as famílias partilham o mesmo tipo de ambientes físicos e socio-culturais e os acontecimentos negativos familiares têm impacto ao longo de várias gerações. A este respeito, Wolff (1995) indicou como fatores de risco a privação socioeconómica, os conflitos familiares, o divórcio e a depressão materna. Também os resultados do estudo longitudinal de Christchurch (Fergusson & Lynskey, 1996) reportaram que o número de fatores de risco contextuais (como sejam, pobreza, conflito parental, separação, interação pais-criança pobre) estava significativamente associado à manifestação de problemas psicossociais. Os autores concluíram que a probabilidade de haver uma interação entre os vários fatores de risco intensifica-se em função do seu aumento.

Embora estes estudos pressuponham um predomínio das experiências negativas precoces sobre o desenvolvimento ulterior, temos de atender à tendência para a continuidade de risco na vida destes grupos (Rutter, 1991). Além disso, se as experiências negativas têm de facto efeitos de durabilidade prolongada, importa considerar os mecanismos que medeiam uma tal continuidade nas sequelas psicológicas a longo prazo. Sandberg e Rutter (2005) adiantam dois tipos possíveis de explicações para a continuidade da psicopatologia ao longo do tempo:

- a) A persistência pode surgir porque as experiências iniciais adversas levam à alteração dos padrões de interação interpessoal, os quais, por sua vez, conduzem a mais experiências negativas. Abonatória desta hipótese é a constatação de que os indivíduos com perturbações psiquiá-

tricas diferem das amostras comunitárias na exposição a acontecimentos de vida. Os sujeitos oriundos de amostras clínicas apresentam mais ocorrências de morte de uma figura parental e apresentam também uma maior exposição à adversidade social crónica, como viver numa zona de residência urbana pobre e provir de uma família com baixas competências parentais;

- b) Noutros casos, a ameaça é primeiramente cognitiva, ou seja, a mudança no ambiente da criança ou do adolescente foi pouco significativa do ponto de vista da exposição a um acontecimento adverso real, mas existiu, no entanto, uma alteração drástica na sua autopercepção ou na sua autoestima; por exemplo, o ter sido submetido a uma humilhação grave ou, ainda, o seu sentimento de segurança emocional ter sido minado por uma ameaça de abandono.

Segundo Cicchetti e Rogosch (2002), torna-se necessário atender à equifinalidade e à multifinalidade do desenvolvimento. O princípio da equifinalidade considera que diferentes fatores ou percursos podem estar na etiologia de uma mesma perturbação. A multifinalidade reporta-se ao diferente peso que determinado fator de risco pode ter no desenvolvimento em diferentes indivíduos. Por exemplo, uma família numerosa pode ser um fator de risco para o aparecimento de problemas de comportamento num dado adolescente mas ser uma fonte de suporte social e portanto um fator protetor para outro (Wasserman & Saracini, 2001). Esta constatação é sugestiva da importância de uma abordagem multivariada na pesquisa de fatores de risco, devendo considerar-se a possibilidade de um grupo de fatores aparentemente independentes entre si estarem de facto relacionados. Assim, estes autores chamaram a atenção para o facto de um fator poder expressar os seus efeitos através de outro, pelo que “*o ingrediente activo pode não ser um qualquer fator isolado, mas antes a combinação ou acumulação de uma variedade ou número de fatores*” (p. 166). Neste sentido, o impacto de diferentes fatores de risco familiares para a vulnerabilidade psicopatológica do adolescente tendem a surgir agrupados (por exemplo, a morte de um familiar significativo associada a manifestação de problemas depressivos numa das figuras parentais).

3. ESTUDOS SOBRE A VULNERABILIDADE SOCIOECONÓMICA NA ADOLESCÊNCIA

As histórias de vida problemáticas podem ser preditores diretos de um pobre desenvolvimento nos adolescentes, tanto em grupos de nível socioeconómico elevado ou médio, quanto em grupos de níveis socioeconómicos baixos. Podem ser também preditores indiretos de futuros resultados desenvolvimentais negativos, através das trajetórias parentais problemáticas, como sejam o insucesso escolar e a parentalidade na adolescência (Serbin & Karp, 2004). No entanto, segundo estes autores, o comportamento parental problemático e a pobreza estão mais frequentemente associados a grupos vulneráveis da população, facto confirmado, por exemplo, num estudo transversal, efetuado por Ackerman, Schoff, Levinson, Youngstrom e Izard (1999) com 159 famílias de nível socioeconómico baixo, o qual indicou uma relação significativa entre a inadaptação, a instabilidade familiar e os comportamentos agressivos face a manifestações de ansiedade e depressão nos indivíduos observados.

Num outro estudo desenvolvido por Buchanan, Brinke e Flouri (2000), um baixo rendimento estava relacionado com a manifestação posterior de problemas psicológicos. Esta variável tem também sido associada a abandono escolar, maternidade e paternidade na adolescência, abuso de substâncias, perturbações do comportamento e delinquência juvenil (Chase, Maxwell, Knight & Aggleton, 2006; Serbin & Karp, 2004; Rutter *et al.*, 1998).

Num outro estudo, Ven e Cullen (2004) estudaram a relação entre o comportamento antissocial e a atividade profissional das mães, numa amostra de 702 adolescentes com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos, seguidos retrospectivamente durante oito anos. Concluíram que a prática profissional materna não estava associada ao percurso delinvente dos filhos, mas sim a qualidade da mesma; assim, condições de trabalho insatisfatórias, com tarefas de baixa qualificação

profissional e baixa remuneração, surgiam associadas a problemas de comportamento nos filhos.

Um outro aspeto relevante que se destaca de outras investigações (Baer, 1999; Garnefski & Okma, 1996; Schoon & Parsons, 2002) tem a ver com o facto de os adolescentes oriundos de famílias divorciadas, vivendo com a mãe, apresentarem maiores níveis de perturbações do comportamento e um funcionamento social mais pobre; por exemplo, Baer (1999) encontrou diferenças significativas nas famílias monoparentais, nas quais a comunicação era sentida pelo adolescente como menos satisfatória, o grau de coesão era menor e os níveis de conflito eram maiores. Estes resultados podem ser justificados pelo facto de a monoparentalidade estar, com maior frequência, associada à não acessibilidade a modelos parentais masculinos. Tal deve ser visto como um fator de vulnerabilidade familiar, contribuindo para os problemas de comportamento nos adolescentes (Zimmerman & Becker-Stoll, 2002). Para testar esta hipótese, Buchanan e outros (2000) investigaram se a estrutura familiar (intacta, reconstituída ou monoparental) ou o contexto socioeconómico (uma desvantagem social acentuada) na infância estavam associados com a manifestação de problemas psicológicos na adolescência e na idade adulta. Os dados foram recolhidos numa amostra de 8 441 sujeitos do *National Child Development Study*, avaliados relativamente a problemas de adaptação comportamental aos 16 anos de idade e a problemas psicológicos aos 33 anos. Os resultados desta investigação sugeriram que ser oriundo de uma família de recasamento, onde não existiam problemas socioeconómicos maiores, não era um fator de risco para problemas de comportamento aos 16 anos. No entanto, crescer numa família monoparental pautada pela adversidade económica estava associada à manifestação de problemas psicológicos na idade adulta nos rapazes, mas não nas raparigas.

Uma explicação possível para a presença de problemas de comportamento nos adolescentes oriundos de famílias monoparentais é a de que o provimento de suporte emocional e as atitudes educativas a ter em relação aos filhos, ao não serem partilhadas, poderão conduzir a um

aumento da tensão nas relações mãe-filho ou pai-filho (Baer, 1999). Além do mais, quando a monoparentalidade está associada a baixos recursos económicos, o stresse parental é ainda maior. No entanto, se bem que a carência de suporte social possa explicar os riscos de desenvolvimento, ela não justifica as diferenças encontradas relativamente ao sexo. Por isso, Buchanan e outros (2000), ao verificarem que a grande maioria dos adolescentes que crescem em famílias monoparentais vivem com a mãe, sugerem que é a ausência de uma figura masculina no contexto socioemocional e educativo dos adolescentes que traz repercussões a nível da sua integração.

No que concerne à relação entre a dimensão da família e à manifestação de problemas de comportamento, os estudos sobre os fatores de risco tendem a associar uma família numerosa com a manifestação de comportamento antissocial na adolescência (Barnoski, 1998). Se estes fatores familiares estão associados à manifestação de psicopatologia nas crianças e nos adolescentes, consoante referido anteriormente, será pouco provável que a sua influência seja linear. Assim, nas situações de divórcio, por exemplo, é provável que a qualidade da relação entre os pais, a manutenção do contacto assíduo com o(s) filho(s) pelo elemento que saiu de casa e ainda a qualidade da relação mantida, seja o fator mais importante a ter em conta. Nas famílias de recasamento, mais importante que a reconstituição da família, o modo como decorre o processo de reconstituição familiar e a qualidade da relação que o adolescente estabelece com o padrasto ou com a madrasta, deverá ser determinante do seu bem-estar emocional.

4. DISTÚRBIOS PSICOPATOLÓGICOS NA ADOLESCÊNCIA E RECURSOS SOCIOFAMILIARES

Vários têm sido os estudos que têm procurado identificar os fatores familiares associados com o aparecimento de sintomas psicopatológicos. Por exemplo, Harland e outros (2002) identificaram grupos de risco comportamental ou emocional com base em características socio-

sociodemográficas ou familiares e acontecimentos negativos recentes, nomeadamente, desemprego ou divórcio dos pais. Estes autores utilizaram o **Child Behavior Checklist (CBCL)** numa amostra representativa de 4 480 pais, realizando uma entrevista centrada sobre os aspetos demográficas e familiares e sobre os recentes acontecimentos de vida (um período inferior a 1 ano). As variáveis familiares avaliadas foram, para além da estrutura familiar (famílias cujos pais não estavam separados ou divorciados / famílias cujos pais estavam separados ou divorciados (monoparentais) / outra estrutura familiar (adotiva, etc.), o estatuto profissional, o nível de escolaridade e o número de irmãos pertencentes ao agregado familiar.

Neste contexto, os resultados de algumas das investigações realizadas indicam que as características sociodemográficas da família (estrutura psicossocial e nível socioeconómico) e os acontecimentos de vida recentes se mostram mais fortemente associados com a eclosão de riscos comportamentais e emocionais do que a outras características demográficas. Tais riscos são mais elevados em situações em que os pais tiveram experiências de desemprego, divórcio ou separação conjugal, comparativamente com aqueles em que os progenitores não tinham passado recentemente (i.e., no último ano) por tais acontecimentos. Entre aqueles há que considerar os recursos socioeconómicos da família, sobretudo quando se procura uma abordagem multifatorial no estudo dos riscos psicopatológicos na adolescência.

Além disso, a falta de recursos económicos está associada, não apenas com a morbilidade psiquiátrica em adultos (i.e., ansiedade e depressão), como também tem sido confirmado que os adolescentes de famílias com baixos recursos económicos demonstram maiores problemas de comportamento (i.e., perturbação de comportamento, perturbação de oposição, perturbação de hiperatividade com défice de atenção e sintomas depressivos) do que os seus pares de nível socioeconómico mais elevado (Balbernie, 2002; Bender & Losel, 1997).

Outro aspeto a considerar é a educação parental, que pode ser associada com a capacidade que os pais têm para ajudar nos trabalhos de

casa, potenciar a exposição ao conhecimento em termos académicos ou culturais, estabelecer objetivos educacionais e fornecer competências de resolução de problemas. Se, de forma geral, a educação e a profissão dos pais estão relacionadas, no entanto, o significado da ocupação parental vai para além dos recursos monetários, uma vez que o tipo de profissão tende a associar-se aos tempos livres disponíveis para o adolescente e o stresse ocupacional pode fazer diminuir a disponibilidade interna dos pais para os filhos. A indisponibilidade emocional e a negligência educacional dos pais não podem contudo ser avaliadas exclusivamente pelo seu nível socioeconómico, uma vez que o stresse profissional atinge indivíduos de todos os níveis socioeconómicos.

É consensual que as perturbações psicopatológicas têm na sua etiologia e perpetuação uma intercorrência complexa de fatores de risco, alguns de cariz genético e outros de teor ambiental, e que aquelas variam com a fase do desenvolvimento na qual o adolescente se encontra (Rutter & Taylor, 2005). Diversos autores têm também assinalado que as alterações biopsicossociais tornam o adolescente mais vulnerável à ocorrência de problemas psicopatológicos (e.g., Bromleya, Johnson & Cohen, 2006; Matos, 2002; Marcelli, 2002).

De facto, na adolescência a incidência dos distúrbios psiquiátricos assume um padrão diferente da infância: o abuso de substâncias é mais frequente, é significativamente maior a ocorrência de quadros psicóticos e depressivos e é geralmente também neste período de vida que se depletam as perturbações do comportamento alimentar (Rutter & Rutter, 1993). Neste período é mais frequente surgirem problemas de adaptação associados a quebras no rendimento escolar, à diminuição de competências sociais e a comportamento antissocial. Todos estes comportamentos têm correlatos no ambiente familiar e, mais especificamente, na dinâmica da família (Lemos^a, 2014).

Rutter e Smith (1995) estudaram a prevalência de dificuldades psicossociais em jovens europeus (com idades entre os 16 e os 26 anos) nos últimos 50 anos, concluindo que, na segunda metade do século XX, se observou um marcante aumento nos problemas de comportamento

nos jovens, nomeadamente, entre os anos 50 e os anos 80, nas perturbações associadas ao consumo de álcool e de drogas ilícitas e, até aos anos 90, nos índices de delinquência, com uma posterior estabilização dos mesmos. A depressão e outras perturbações do humor aumentaram igualmente até aos anos 90, assim como os índices de suicídio. Estes dados disponíveis, embora considerando que são influenciados pelo aumento significativo do número de estudos quantitativos, refletem o impacto das mudanças socioculturais no funcionamento das famílias, a par com mudanças significativas nas experiências normativas dos adolescentes, no decurso de século XX.

5. PARENTALIDADE, PADRÕES RELACIONAIS E TRAJETÓRIAS DE RISCO PSICOSSOCIAL

Diversos autores têm sugerido que o comportamento agressivo por parte dos pais prediz trajetórias de risco a longo prazo relativamente aos problemas do comportamento, tanto para as raparigas quanto para os rapazes (Barnoski, 1998; Noack & Puschner, 1999, Serbin & Karp, 2004). Na investigação conduzida por Serbin e Karp (2004), os adolescentes que apresentavam padrões de comportamento antissocial mostraram na adultez um comportamento parental agressivo, falta de empatia, rigidez e negligência perante os seus filhos. Nas famílias de risco, o nível educacional médio a elevado das mães e a presença de práticas parentais construtivas (i.e., práticas parentais modeladas por relações afetuosas e práticas disciplinares consistentes) surgiram como fatores atenuantes e/ou protetores dos problemas de comportamento nos filhos.

Posicionando-se num ponto de vista sistémico, Noack e Puschner (1999) postularam que diferentes trajetórias no desenvolvimento das famílias podem ser associadas a diferentes tipos de riscos na adolescência. A hipótese colocada pelos autores foi a de que os desvios em relação ao curso ideal de individuação na família são preditivos de bem-estar individual entre os adolescentes. Assim, teorizaram que iriam encontrar nos jovens que estão a crescer em condições de desvinculação em relação aos pais, uma autoestima mais baixa e maiores problemas

de comportamento exteriorizado e interiorizado, por comparação com os adolescentes que não manifestassem problemas de vinculação com as figuras parentais. Os dados longitudinais deste estudo com 208 adolescentes entre os 15 e os 17 anos, identificaram três grupos de adolescentes que experienciavam diferentes trajetórias ao nível das relações com os pais: dois grupos que apresentavam quer individuação, quer proximidade emocional familiar e um grupo cujos níveis de individuação eram muito superiores ao da proximidade familiar – o grupo que intitularam de “*desvinculado*”. Os adolescentes neste grupo apresentavam elevados níveis de autonomia, no entanto, não contrabalançada por proximidade emocional, condição que os autores referiram como sendo de risco psicossocial. Assim, os adolescentes no grupo “*desvinculado*” eram mais agressivos que os pares e relatavam maiores níveis de humor depressivo. O segundo grupo (“*individualizado*”) apresentava elevados níveis de proximidade e de individualidade face à família. Os adolescentes do terceiro grupo (“*em processo*”) relatavam elevada proximidade durante a segunda metade da adolescência, mas uma baixa individualidade no primeiro ano de avaliação, seguido por um aumento linear. De notar que estes dois últimos grupos não apresentavam diferenças entre si relativamente à idade e ao tamanho da amostra, nem a nível de adaptação comportamental. Os autores sugeriram que, enquanto os adolescentes do grupo “*desvinculado*” estavam em maior risco de apresentar problemas de adaptação, os outros dois grupos (“*individualizado*” e “*em processo*”) estavam em diferentes etapas do processo (normativo) de individuação face à família.

Partindo do pressuposto de que o modo como o padrão relacional do sistema pais-filho opera influi de forma determinante no modo como se organiza o desenvolvimento afetivo, cognitivo e social da criança, diversas variáveis externas podem ter um impacto imediato na criança e outras podem afetar a qualidade da parentalidade (Balbernie, 2002). Por exemplo, a psicopatologia parental pode ter, quer um impacto direto na criança quer um impacto indireto, pela alteração da qualidade relacional pais-filho (Hetherington & Martin, 1986).

Diversos estudos têm incidido na análise da relação entre o tipo de parentalidade e o funcionamento dos adolescentes: Akse, Hale, Engels, Raaijmakers e Meeus, (2004) estudaram a relação entre a rejeição parental, e a manifestação de sintomas depressivos e de comportamento agressivo nos últimos, numa amostra de 1 142 adolescentes e concluíram que os adolescentes com níveis mais elevados de rejeição parental apresentavam também maiores níveis de sintomas de depressão e de comportamento agressivo. Dubas, Gerris, Janssens e Vermulst (2002) estudaram a relação entre os perfis de personalidade semelhantes (resilientes, hipercontrolados ou subcontrolados) e o tipo de parentalidade em 305 adolescentes holandeses, com idades compreendidas entre os 14 e os 19 anos, e concluíram que estas tipologias de personalidade eram moderadas pelo tipo de práticas parentais. Este estudo parece reforçar, uma vez mais, a importância das práticas e atitudes parentais enquanto fatores moderadores do funcionamento dos adolescentes.

REFLEXÕES FINAIS

Encontramos na literatura um elevado número de características dos adolescentes e do seu ambiente social que parecem funcionar como preditores de problemas emocionais e comportamentais. Os resultados dos estudos levam a duas conclusões distintas; 1) as características sociodemográficas e familiares das crianças, como sejam, o sexo, a idade, o estatuto socioeconómico, o divórcio, a monoparentalidade e o conflito conjugal, estão frequentemente associadas ao desenvolvimento de problemas de comportamento e/ou emocionais; e 2) as crianças que experienciam acontecimentos de vida negativos – por exemplo, os maus-tratos parentais, estão em maior risco para desenvolver problemas de comportamento e/ou emocionais.

As investigações efetuadas nas últimas décadas têm acumulado um conjunto de resultados que apontam no sentido de uma associação significativa entre os acontecimentos ou experiências negativas e a manifestação de perturbações, internalizantes e externalizantes na ado-

lescência. A relação entre a psicopatologia parental (seja na forma de perturbações do humor, de dependência de substâncias e/ou de comportamento violento) e outras variáveis familiares, como por exemplo, os conflitos conjugais, a monoparentalidade (especificamente, a falta de suporte do pai na criação dos filhos) entre outros fatores de risco familiar, representam um conjunto de variáveis que se interrelacionam e que tornam difícil o discernir de fatores causais individualizados. Dito de outra forma, os pais que experienciam problemas emocionais apresentam, também eles uma vulnerabilidade acrescida, a qual, por sua vez, tenderá a despoletar maiores dificuldades a nível das suas competências parentais, conduzindo a maiores probabilidades de eclosão de problemas psicopatológicos nos filhos.

Para uma compreensão dos percursos desadaptativos das crianças e dos adolescentes que expressam a sua vulnerabilidade individual através da manifestação de perturbações do comportamento, interessa então compreender que a emergência de um quadro psicopatológico dependerá da intercorrência dum conjunto de fatores familiares que, muito frequentemente, se transmitem transgeracionalmente, agindo de forma conjunta com a vulnerabilidade individual no desencadear de sofrimento psíquico e de problemas psicopatológicos. A manifestação de problemas externalizantes dependerá assim, primeiramente, dos recursos familiares, escolares e comunitários disponíveis no sentido de capacitar o indivíduo com recursos ou competências individuais que possam ter um efeito atenuador ou protetor na presença de adversidade.

BIBLIOGRAFIA

- Ackerman, B.P., Schoff, K., Levinson, K., Youngstrom, E. & Izard, C.E. (1999). The relations between cluster indexes of risk and promotion and the problem behaviors of 6-and 7-year-old children from economically disadvantaged families. *Developmental Psychology*, 35(6), 1355-1366.
- Akse, J., Hale, W., Engels, R., Raaijmakers, W. & Meeus, W. (2004). Personality, perceived parental rejection and problem behavior in adolescence. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 39, 980-988.
- Baer, J. (1999). The effects of family structure and SES on family processes in early adolescence. *Journal of Adolescence*, 22, 341-354.

- Balbernie, R. (2002). An infant in context: Multiple risks, and a relationship. *Infant Mental Health Journal*, 23(3), 329–341. DOI: 10.1002/imhj.10019
- Barnoski, R. (2004). Assessing risk for re-offense: Validating the Washington State Juvenile Court Assessment. Olympia, WA: *Washington State Institute for Public Policy*, retrieved January 8, 2014, from <http://www.wsipp.wa.gov/ReportFile/868>
- Bender, D. & Losel, F. (1997). Protective and risk effects of peer relations and social support on antisocial behaviour in adolescents from multi-problem milieus. *Journal of Adolescence*, 20, 661–678. DOI: 10.1006/jado.1997.0118
- Braconnier, A. & Marcelli, D. (2000). *As mil faces da adolescência*. Lisboa: Climepsi.
- Bromleya, E., Johnson, J. J., & Cohen, P. (2006). Personality strengths in adolescence and decreased risk of developing mental health problems in early adulthood. *Comprehensive Psychiatry*, 47, 315–324.
- Bru, E., Murberg, T.A. & Stephens, P. (2001). Social support, negative life events and pupil misbehaviour among young Norwegian adolescents. *Journal of Adolescence*, 24, 715–727.
- Buchanan, A., Ten Brinke, J. & Flouri, E. (2000). Parental background, social disadvantage, public "care" and psychological problems in adolescence and adulthood. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 39(11), 1415-1423.
- Chase, E., Maxwell, C., Knight, A. & Aggleton, P. (2006). Pregnancy and parenthood among young people in and leaving care: what are the influencing factors, and what makes a difference in providing support? *Journal of Adolescence*, 29, 437-451.
- Cicchetti, D. & Rogosch, F.A. (2002). A developmental psychopathology perspective on adolescence. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 70(1), 6-20.
- Dubas, J.S., Gerris, J.R.M., Janssens, J.M.A. & Vermulst, A.A. (2002). Personality types of adolescents: concurrent correlates, antecedents, and type X parenting interactions. *Journal of Adolescence*, 25, 79–92.
- Erikson, E. (1972). *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Fergusson, D. M., & Lynskey, M. T. (1996). Adolescent resiliency to family adversity. *Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines*, 37(3), 281-292.
- Garnezy, N. (1996). Reflections and commentary on risk, resilience, and development. In R.J. Haggerty, L.R. Sherrod, N. Garnezy & M. Rutter (Eds.). *Stress, risk, and resilience in children and Adolescents: Processes, mechanisms, and interventions*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Garnefski, N. & Okma, S. (1996). Addiction-risk and aggressive/criminal behaviour in adolescence: influence of family, school and peers. *Journal of Adolescence*, 19, 503–512.
- Harland, P., Reijneveld, S.A., Brugman, E., Verloove-Vanhorick, S.P. & Verhulst, F.C. (2002). Family factors and life events as risk factors for behavioural and emotional problems in children. *European Child & Adolescent Psychiatry*, 11, 176-184.
- Hetherington, E.M. & Martin, B. (1986). Family factors and psychopathology in children. In H.C. Quay & J.S. Werry (Eds.). *Psychopathological disorders of childhood* (pp. 332-390). New York: John Wiley & Sons.
- Ingram, R.E. & Price, J.M. (2001). The role of vulnerability in understanding psychopathology. In E. Ingram & J.M. Price (Eds.). *Vulnerability to personality disorders: Risk across the lifespan* (pp. 3-38). London: Guilford Press.
- Knutson, J.F., DeGarmo, D.S. & Reid, J.B. (2004). Social disadvantage and neglectful parenting as precursors to the development of antisocial and aggressive child behavior: Testing a theoretical model. *Aggressive Behavior*, 30, 187-205.
- Lemos^a, I. (2014). *Crise ou bonança? Perspetivas clínicas sobre o desenvolvimento na adolescência*. Cadernos do GREI n.º 12, março (e-book).
- Lemos^b, I. (2014). Contextualizar a delinquência juvenil. Para uma intervenção centrada nos recursos de resiliência. *Omnia*, 1, 31-37, ISSN: 2183-4008.
- Lerner, R.M. & Castellino, D.R. (2002). Contemporary developmental theory and adolescence: Developmental systems and applied developmental science. *Journal of Adolescence Health*, 31, 122-135.
- Marcelli, D. (2002). *Os estados depressivos na adolescência*. Lisboa: Climepsi.
- Matos, A.C. (2002). *Adolescência*. Lisboa: Climepsi.
- Noack, P. & Puschner, B. (1999). Differential trajectories of parent-child relationships and psychosocial adjustment in adolescents. *Journal of Adolescence*, 22, 795-804.
- Rutter, M. (1991). Childhood experiences and adult psychosocial functioning. *Ciba Foundation Symposia*, 156, 189-208.
- Rutter, M. & Rutter, M. (1993). *Developing minds: Challenge and Continuity across the life span*. London: Penguin Books.
- Rutter, M. & Smith, D.J. (1995). Towards causal explanations of time trends in psychosocial disorders of young people. In M. Rutter & D.J. Smith (Eds.). *Psychosocial disorders in young people: Time trends and their causes* (pp. 782-808). Chichester: John Wiley & Sons.
- Rutter, M., & Taylor, E. (2005). Clinical Assessment and Diagnostic Formulation. In M. Rutter & E. Taylor (Eds.). *Child and adolescent psychiatry* (pp. 18-31). Oxford: Blackwell Publishing.
- Rutter, M., Giller, H. & Hagell, A. (1998). *Antisocial behavior by young people*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rutter, M., Graham, P., Chadwick, O. & Yule, M. (1976). Adolescent turmoil: Fact or fiction. *Child and Adolescent Psychiatry*, 17, 35-56.
- Sameroff, A. (2000). Ecological perspectives on developmental risk. In J.D. Osofsky & H.E. Fitzgerald (Eds.), *WAIMH Handbook of Infant Mental Health* (Vol. 4, pp. 1-33). New York: John Wiley & Sons.
- Sandberg, S. & Rutter, M. (2005). The role of acute life stresses. In M. Rutter & E. Taylor (Eds.). *Child and adolescent psychiatry* (pp. 287-298). Oxford: Blackwell.
- Schoon, I. & Parsons, S. (2002). Competence in the face of adversity: The Influence of Early family environment and long-term consequences. *Children & Society*, 16, 260-272.
- Serbin, L.A. & Karp, J. (2004). The intergenerational transfer of psychosocial risk: Mediators of vulnerability and resilience. *Annual Review Psychology*, 55, 333-363.

- Sheeber, L., Hops, H. & Davis, B. (2001). Family processes in adolescent depression. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 4(1), 19-35.
- Tiet, Q.Q., Wasserman, G.A., Loeber, R., McReynolds, L.S. & Miller, L.S. (2001). Developmental and sex differences in types of conduct problems. *Journal of Child and Family Studies*, 10(2), 181-197.
- Ven, T.V. & Cullen, F.T. (2004). The Impact of maternal employment on serious youth crime: Does the quality of working conditions matter? *Crime & Delinquency*, 50(2), 272-291.
- Wasserman, G.A. & Seracini, A.M. (2001). Family risk factors and interventions. In R. Loeber & D.P. Farrington (Eds.). *Child Delinquents: Development, intervention and service needs* (pp. 165-190). London: Sage.
- Lerner, R.M. & Castellino, D.R. (2002). Contemporary developmental theory and adolescence: Developmental systems and applied developmental science. *Journal of Adolescence Health*, 31, 122-135.
- Wolff, S. (1995). The concept of resilience. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry*, 29(4), 565-574. DOI: 10.3109/00048679509064968
- Zimmerman, M. & Becker-Stoll, F. (2002). Stability of attachment representations during adolescence: the influence of ego-identity status. *Journal of Adolescence*, 25, 107-124.

A AUTORA

Ida Lemos - Professora auxiliar do Departamento de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Algarve e investigadora do Centro de Investigação sobre o Espaço e as Organizações (CIEO), licenciou-se em psicologia na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, concluiu o mestrado em *health psychology na Faculty of Social and Environmental Studies* na Universidade de Liverpool e o doutoramento em psicologia – na especialidade de psicologia clínica – na Universidade do Algarve. Anteriormente desempenhou funções como psicóloga clínica no Centro Hospitalar do Funchal, no Centro de Saúde Mental e Toxicodependência do Centro Regional de Saúde da Madeira e no Centro de Saúde de Faro, pertencente à Administração Regional de Saúde do Algarve. Publicou diversas obras, no país e no estrangeiro, em particular artigos e capítulos de livros.

Cadernos do GREI já publicados

n.º 18

Helena Ralha-Simões

RESILIÊNCIA E PROFISSIONALIDADE: a competência do professor enquanto contributo para uma nova perspetiva



n.º 19

Carla Fonseca Tomás

RELAÇÕES QUE CURAM: a evolução espiritual como fator de saúde e bem-estar psicológico



n.º 20

Rosanna Barros

ENSAIO SOBRE PEDAGOGIA-EDUCAÇÃO SOCIAL: pensar as repercussões da filosofia político-pedagógica de Paulo Freire



n.º 21

Claúdia Luísa

TEORIAS LEIGAS EM PESSOAS IDOSAS: principais desafios na área da saúde e da doença



n.º 22

Carlos Marques Simões

IDENTIDADE DO PROFESSOR: uma abordagem socio-psicológica do desenvolvimento pessoal e profissional



n.º 23

Brigite Micaela Henriques

DESMISTIFICANDO OS VIDEOJOGOS: Suporte social e bem-estar subjetivo



n.º 24

Maria Helena Martins

ENVELHECIMENTO E RESILIÊNCIA: perspetivas para a reabilitação do idoso



n.º 25

Helena Ralha-Simões

PSICOLOGIA POSITIVA E FELICIDADE HUMANA: as ciladas conceptuais dos modelos psicopatológicos



Cadernos do GREI

n.º 26

Ida Lemos

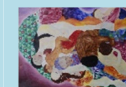
SERÃO OS POBRES MAIS VULNERÁVEIS? Recursos parentais e problemas psicológicos na adolescência



A publicar:

Filomena Adelaide de Matos

BULLYING: QUEM MERECE? Os caminhos escondidos da infância



Cláudia Ribeiro de Almeida

TRANSPORTE AÉREO, ACESSIBILIDADES E TURISMO: Importância para o desenvolvimento de novos segmentos de procura turística



GREI - Grupo de Estudos Interdisciplinares

Giordano Bruno

Cadernos do GREI n.º 26 – Abril 2015



GREI - Grupo de Estudos Interdisciplinares

Giordano Bruno